

TERÇA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 1989

**Notas e Informações**

# A fala sibilina do presidente

Dois assuntos merecem destaque na fala do presidente da República na última sexta-feira: o tom com que se referiu a despesas públicas no Estado de São Paulo e o alarde em torno de fatos cuja solução imediata — repetimos, imediata — compete à autoridade pública e não ao povo.

Não é bairrismo que nos leva a opor reparos à comparação que s. exa. fez entre as despesas com a Norte-Sul e as efetuadas na construção de estações do metrô e a dragagem do rio Tietê. Se o chefe de governo, em vez de tomar o trem na viagem inaugural (a oficial, pois a operacional fora transmitida pela televisão há semanas), se misturasse à massa de cidadãos proletários e de classe média que se servem do metrô todos os dias, veria quão importante para a estabilidade das instituições sociais é gastar dinheiro em transporte de massa nos locais onde se concentram as populações urbanas. E se viesse habitar as regiões ribeirinhas do Tietê, na cidade de São Paulo, teria consciência da importância de o rio ser dragado, questões administrativas sobre custos à parte.

Na verdade, o chefe do governo compara a Norte-Sul com o metrô e a dragagem do rio Tietê para assinalar que se gasta dinheiro em São Paulo sem que ninguém proteste; mas que basta um presidente querer fazer uma estrada de ferro pioneira, cuja utilidade se provará não se sabe em quantos anos, para que todos ergam suas vozes contra a iniciativa. Se essa ligação sutil entre o gasto efetuado em

São Paulo e a despesa (dita urgente e necessária) no Nordeste não se reveste de sentimento recôndito de frustração, para não dizer ressentimento, não se saberá explicar o porquê da comparação. Aliás, diga-se de passagem, não é apenas do sr. José Sarney essa posição; altas personalidades do Executivo, investidas até mesmo de mando no setor de segurança, já haviam feito a comparação entre o que se constrói no Nordeste e o que se despende em concreto armado nas estações do metrô paulista.

Quando esse tipo de assunto é tratado dessa óptica, entende-se que os demais sejam igualmente encarados de maneira distorcida. Ao falar dos desmandos que se estão cometendo no setor sindical — ocupação da Mannesmann, não citada claramente, mas sutilmente identificada pela referência à “invasão de fábricas por mascarados”, depredações na Central do Brasil no Rio de Janeiro etc. —, o presidente conclama o povo para uma “reação nacional” contra esse comportamento que prenuncia o começo “do desmoronamento do Estado de Direito”. Ninguém negará que o povo deva reagir aos provocadores — a questão está em saber identificá-los. Querer, porém, que o povo, em reação nacional, os enfrente é pregar a subversão total dos valores: afinal, quem tem a obrigação de zelar pela ordem pública e garantir a vigência do Estado de Direito é, em cada unidade federada, o governo estadual. Essa garantia não está sendo dada na forma que se imagina deva ser feita num Estado democrático. Em

outras palavras, a autoridade começa a dar sinais de desfalecimento — e os pescadores de águas turvas disso sabem e se aproveitam.

Este é o problema: o presidente, assim como compara as despesas com o metrô e a dragagem do Tietê com as efetuadas na Norte-Sul, pede ao povo que se oponha aos desmandos dos carbonários, sob pena de o Estado de Direito soçobrar. Seria o caso de perguntar qual seria o estado de espírito das populações urbanas se não houvesse o metrô a aliviar tensões provocadas em boa parte pela incapacidade de o Executivo federal definir uma política que combata eficazmente a inflação. Com certeza, pior do que é hoje, exigindo muito mais atenção do governo federal, para não dizer do estadual.

Que esses movimentos sindicais comecem a sair do leito do que o convívio democrático tem como normal, todos estão cansados de saber. O que não se compreende é que o chefe de Estado vá ao rádio para dizer que isso tudo cheira a plano adrede preparado — “não é possível que se queira ter um plano de toldar o progresso, tumultuando-o com atos de vandalismo” — e peça ao povo que reaja, ao invés de instruir os órgãos encarregados de garantir a ordem pública para que ajam.

É indelicado atribuir intenções a terceiros, especialmente ao presidente da República. Que se pode fazer de diferente, no entanto, quando s. exa. usa estranha linguagem para justificar a Norte-Sul, e quando pede ao povo que reaja contra os baderneiros?